



Senado Federal
Concurso Público

CONSULTOR LEGISLATIVO

Assessoramento Legislativo

Provas Objetiva e Discursiva (Manhã)

Caderno Tipo 1 (Branco) – 03M1

**Defesa Nacional,
Segurança Pública
e Relações
Internacionais**



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 a 15

Interregno hegemônico

A crise financeira de 2008, desencadeada pela crise do *subprime* em 2007, tem o seu foco nos EUA e na Europa. Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. É uma crise do próprio centro do sistema global de poder com todas as suas implicações. As suas consequências também deverão ser profundas e persistentes.

O que está em jogo é uma variedade de capitalismo e a globalização liberalizante que chegaram ao seu limite e a provável ascensão de um novo tipo de capitalismo e de globalização. A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. O mercado se transformou no princípio de organização da economia capitalista, em contraposição ao Estado-nação. Mas, se não fosse a massiva intervenção e o socorro prestado pelo Estado, o mercado financeiro desregulado teria adquirido um poder autodestrutivo tão grande que o sistema financeiro teria praticamente desaparecido. Por razões de sobrevivência do próprio capitalismo, o Estado-nação está retomando a sua função reguladora e controladora dos mercados num processo adaptativo.

A China aparece como um candidato natural para se tornar, gradualmente, o paradigma econômico dominante nas próximas décadas. Apresenta-se como um novo capitalismo de Estado, em substituição ao modelo da liberalização global. Se isso acontecer, o mercado livre será substituído pelo Estado-nacional como princípio dominante de organização e de controle das economias nacionais, e da nova fase da globalização. Em países em que a liberalização avançou excessivamente e em crise financeira, o Estado ampliará seu foco de regulação e controle sobre os mercados. Nos países onde o poder do Estado é o agente organizador e controlador da economia, como na China, o mercado, enquanto princípio organizador, deverá ser ampliado.

Esse processo adaptativo entre mercado e Estado será longo e complexo, pois a plutocracia financeira é ainda o poder hegemônico e resistirá

ao avanço da regulação. Mas, quanto maior for a resistência e quanto maior for o período de dominância do mercado livre, maior será a crise necessária para que o princípio adaptativo funcione.

Vamos viver nas próximas décadas um longo interregno, com o declínio dos Estados Unidos e Europa e ascensão da China e dos países emergentes. Tanto os Estados Unidos como a Europa terão que concentrar suas energias para recuperar e revitalizar suas economias, num contexto de crescente oposição e polarização política doméstica, abrindo espaço para a emergência de novos Estados-nacionais com atores políticos, a exemplo do G-20. Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. Nesse interregno hegemônico, será perfeitamente possível que conceitos como soberania, Estado-nação e nacionalismo venham adquirir força política e movimentem as massas, pois serão alimentados pelo crescente protecionismo, em pleno andamento, e pelo fato de o problema de desemprego ser sempre um problema nacional.

Há uma similaridade histórica com o que aconteceu depois da Grande Depressão de 1890 até o fim da Grande Depressão de 1929 a 1939; foi um longo interregno marcado pelo declínio da hegemonia global inglesa e a ascensão americana, que se consolidou na Segunda Guerra Mundial. Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático.

Com redistribuição de poder e liderança na economia mundial, mais o declínio de um paradigma econômico que prevaleceu nas últimas três décadas, vamos viver um longo período de vácuo de poder dominante, com degelo da sua ideologia, seu pensamento econômico e dos consensos de políticas. Novas regras do jogo deverão emergir, mas nada disso tem uma evolução contínua e linear.

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. Para países dependentes e com forte herança colonial, a globalização implicou um deslocamento deliberado para o exterior do dinamismo da economia e aumento da sua importância relativa do setor externo (fluxo de capitais) *vis-à-vis* setor interno da economia. Essa importância relativa não se refere

- 110 apenas às condições econômicas e financeiras, mas principalmente ideológicas e dominância do pensamento econômico hegemônico. Com o interregno, a autonomia com que países podem perseguir objetivos nacionais de política econômica mudará substancialmente. É nesse
- 115 panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?

(Yoshiaki Nakano. *Folha de S.Paulo*, 14 de fevereiro de 2012, com adaptações)

1

Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. (L.66-71)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O período é composto por duas orações.
- II. A escolha dos tempos verbais contribui para aumentar o aspecto persuasivo do trecho.
- III. A repetição de termos no período constitui recurso estilístico.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

2

Assinale a palavra que **NÃO** tenha sido formada pelo mesmo processo que *autodestrutivo* (L.26).

- (A) contraposição (L.23)
- (B) plutocracia (L.15)
- (C) interregno (L.58)
- (D) desemprego (L.77)
- (E) internacional (L.69)

3

Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático. (L.85-90).

Os pronomes sublinhados exercem, no texto, respectivamente, papel

- (A) anafórico e catafórico.
- (B) catafórico e anafórico.
- (C) dêitico e catafórico.
- (D) dêitico e dêitico.
- (E) anafórico e dêitico.

4

No texto, a expressão *vis-à-vis* (L.107) exerce papel equivalente ao de uma locução

- (A) prepositiva.
- (B) conjuntiva.
- (C) adverbial.
- (D) adjetiva.
- (E) substantiva.

5

Acerca do texto e dos sentidos produzidos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O interregno a que o texto faz alusão para o futuro se assemelha aos movimentos de ascensão e queda de regimes e poderes do passado.
- II. Os movimentos de ascensão e queda representam redistribuição de poder e liderança na economia mundial.
- III. O texto alerta para as brechas que poderão tornar o Brasil o paradigma econômico dominante nas próximas décadas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

6

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. (L.100-102)

No período acima, a conjunção E, normalmente aditiva, assume papel

- (A) adversativo. (B) explicativo.
- (C) alternativo. (D) conclusivo.
- (E) consecutivo.

7

A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. (L.14-20)

Os termos sublinhados no período acima classificam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adnominal.
- (B) adjunto adnominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (C) complemento nominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (D) complemento nominal, adjunto adnominal, complemento nominal.
- (E) adjunto adnominal, adjunto adnominal, adjunto adnominal.

8

Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras... (L.108-109)

Assinale a alternativa em que, ao se alterar a estrutura do trecho acima, **NÃO** se respeitou a norma culta. Não leve em conta as alterações de sentido.

- (A) As condições econômicas e financeiras a que essa importância alude...
- (B) As condições econômicas e financeiras a que essa importância reporta...
- (C) As condições econômicas e financeiras de que essa importância procede...
- (D) As condições econômicas e financeiras por que essa importância passa...
- (E) As condições econômicas e financeiras que essa importância obedece...

9

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha papel adjetivo.

- (A) política (L.64)
- (B) prestado (L.24)
- (C) sua (L.17)
- (D) próprio (L.7)
- (E) controladora (L.18)

10

Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. (L.3-6)

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha se mantido em consonância com as regras de pontuação.

- (A) Os países emergentes – particularmente os Brics – revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (B) Os países emergentes – e, particularmente, os Brics –, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (C) Os países emergentes e – particularmente – os Brics, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (D) Os países emergentes e – particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (E) Os países emergentes – e particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.

11

É nesse panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil? (L.114-118)

As duas ocorrências do QUE no período acima apresentam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal e predicativo do objeto.
- (B) adjunto adverbial, sem função sintática.
- (C) objeto direto e adjunto adverbial.
- (D) adjunto adverbial e objeto direto.
- (E) sem função sintática e adjunto adnominal.

12

Por *interregno hegemônico* (L.71) é possível entender

- (A) uma ausência preponderante de poder dominante.
- (B) a supremacia de um Estado sendo substituída de imediato pela preponderância do outro.
- (C) a preponderância de um estado intermediário entre um governo e outro.
- (D) o intervalo de transformação de uma hegemonia a outra.
- (E) a prevalência de uma hegemonia em relação à outra.

13

De acordo com o que rege o *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal, assinale a forma **INCORRETA** quanto à grafia de artigos e parágrafos de lei.

- (A) art. 5º
- (B) § 11.
- (C) arts. 2º e 3º
- (D) §§ 9º e 10.
- (E) art. 33

14

Com base no que orienta o *Manual de Redação da Presidência da República*, emprega-se Vossa Excelência para:

- I. o Advogado-Geral da União;
- II. os membros das Câmaras Legislativas Municipais;
- III. os conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais.

Completa(m) corretamente a afirmação do enunciado o(s) item(ns)

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) III, somente.

15

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- II. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.
- III. Quanto à sua forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário pelo seu nome e sobrenome, seguido de vírgula.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Conhecimentos Gerais**16**

A questão da mobilidade urbana está tornando-se uma preocupação marcante nos grandes centros urbanos. No Rio de Janeiro, a Prefeitura optou por usar o sistema BRT, que usará linhas exclusivas e ônibus como matriz principal. A cidade de São Paulo optou por ampliar os sistemas de trens urbanos, metrô e agora os modernos Monorails, assim como fez a cidade de Manaus. Fortaleza, Cuiabá e Brasília fizeram opção pelos VLTs (Veículos Leves sob Trilhos). Recentemente dois grandes consórcios foram escolhidos para fazer as duas linhas de Monorails na cidade de São Paulo. Uma linha ligando Jabaquara ao Morumbi, via Aeroporto de Congonhas, e outra ligando Vila Prudente a Cidade Tiradentes, na zona leste da capital paulista.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os trens da Bombardier foram escolhidos pelos dois consórcios para serem usados nas duas linhas por serem mais baratos.
- (B) Um consórcio usará os trens da Bombardier na zona leste e outro usará os trens franceses da Alstom, na linha Jabaquara.
- (C) O consórcio vencedor da linha Jabaquara usará trens feitos na Malásia e construídos no Rio de Janeiro.
- (D) O Consórcio da Linha Zona Leste usará Trens da Siemens, que serão construídos em São Paulo.
- (E) Os dois consórcios escolheram os trens japoneses da Hitachi, como homenagem à população nipônica da cidade.

17

Desde o governo Fernando Henrique, o Brasil faz gestões para comprar aviões de caça para reequipar e modernizar a aeronáutica brasileira. Há uma constante preocupação com as linhas de defesa do Brasil, já que os nossos aviões estão bastante defasados. Três aviões foram escolhidos para a fase final: o Gripen, da Suécia; o Rafale, da França; e os F-18 dos Estados Unidos. Passou o governo Lula, a decisão passou para o governo Dilma, mas ainda não há uma decisão final sobre a compra.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Rafale, preferidos pelo governo Lula, são os mais caros e a Dassault não quer passar a tecnologia para os brasileiros.
- (B) Os F-18 americanos são os mais modernos aviões de combate. São mais baratos e a Boeing admitiu passar toda a tecnologia para o Brasil.
- (C) Além de ser o preferido pelo alto escalão da aeronáutica, o Gripen é mais barato e já participou de intensos combates na Bósnia.
- (D) O avião sueco só existe em forma de projeto e nunca foi vendido para qualquer força militar.
- (E) Os Rafale têm o apoio da Otan. Comprando os Rafale, o Brasil terá o apoio dos europeus para entrar no Conselho de Segurança da ONU.

18

Em um polêmico livro recém-lançado, Mimi Breardsley faz revelações surpreendentes e narra como o presidente John Kennedy a embebedou e seduziu quando, aos 19 anos, trabalhou como estagiária na Casa Branca. No livro, a Sra. Alford, sobrenome de casada, revela que foi trabalhar como estagiária na assessoria de imprensa da Casa Branca e que, depois de quatro dias, um assessor confiável, David Powers, ofereceu-lhe vários daiquiris antes de o presidente Kennedy lhe conceder um tour privado pela Casa Branca, que acabou no leito da primeira dama, que estava fora.

O que mais veio à tona com o relato de Mimi Alford?

- (A) Jacqueline Kennedy ficou sabendo do que houve no dia seguinte, através de sua secretária e agrediu o Presidente Kennedy.
- (B) Mimi manteve o romance com o presidente até Jacqueline descobrir e mandar demití-la da Casa Branca.
- (C) Mimi teve que fazer dois abortos em quase um ano de namoro.
- (D) Durante o fim de semana da morte de Kennedy, Mimi planejava o casamento com seu noivo, mas, arrasada pela dor, confessou o *affair* secreto que manteve durante todo o namoro.
- (E) Mimi, atualmente em dificuldades financeiras, decidiu revelar toda a verdade.

19

No início de fevereiro tomou posse a nova presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster. A engenheira substituiu no cargo José Sérgio Gabrielli, que recebeu convite do Governador da Bahia, Jacques Wagner, para participar do Governo do Estado. Em seu discurso de posse, Graça Foster lembrou sua história na estatal, onde começou como estagiária. Graça Foster foi fortemente aplaudida quando disse que era a primeira mulher do mundo a comandar uma empresa de petróleo desse porte. Ela destacou que vai seguir à risca o plano de negócios da estatal e as metas previstas. “Sempre com foco na disciplina de capital, no cumprimento das metas e prazos, sem descuidar dos aspectos de segurança e ambiental”. Com ela, dois novos diretores foram eleitos pelo Conselho de Administração da Empresa. Quem são eles?

- (A) Guilherme Estrela, por sua grande experiência em dutos, e José Formigli, pelo trabalho realizado na gestão Gabrielli.
- (B) José Zelada, pela contribuição dada aos investimentos internacionais da Petrobras Internacional, e Alcides Santoro, pelo conhecimento adquirido no pré-sal.
- (C) José Formigli, por ter adquirido grande experiência no desenvolvimento do pré-sal, e Alcides Santoro, por sua experiência no setor de gás.
- (D) Guilherme Estrela e Renato Duque serão os novos diretores de Exploração e Produção e Gás e Energia.
- (E) Jose Zelada, para o setor internacional, e Renato Duque, para o segmento de Exploração e Produção.

20

A celeuma sobre a presença de resíduos de agrotóxicos no suco de laranja brasileiro, questão levantada por autoridades sanitárias dos Estados Unidos, reacendeu a discussão sobre o uso de agrotóxicos em produtos agrícolas. O resultado disso foi a ameaça de suspensão da compra dos sucos brasileiros, causando enorme prejuízo aos produtores. Nos últimos quatro anos, o Brasil se tornou o maior mercado de pesticidas do mundo. Essa ameaça fez o preço do produto disparar a níveis recordes. Segundo o principal órgão de controle de produtos sanitários dos Estados Unidos, o *Food and Drug Administration* (FDA), foi encontrada a presença de um fungicida no suco de laranja importado do Brasil. O uso deste fungicida é proibido nas lavouras de cítricos nos Estados Unidos, mas é usado contra fungos no Brasil.

Qual foi o resultado desta situação?

- (A) O que houve de fato foi uma especulação do mercado americano para aumentar o preço do suco de laranja.
- (B) O carbendazim, usado em poucas quantidades, não faz mal à saúde, por isso o produto não foi tirado das prateleiras nos Estados Unidos. Mas as próximas cargas não poderão ter vestígios desse fungicida.
- (C) Os produtores brasileiros tiveram que amargar grandes prejuízos, pois todo o suco de laranja teve que ser descartado.
- (D) Os produtores brasileiros deixaram de entregar o suco aos americanos e venderam quase toda a produção para o mercado asiático.
- (E) Os produtores brasileiros tiveram que queimar boa parte do laranjal paulista, que já estava pulverizado com o fungicida, para continuarem a vender para o mercado americano.

21

Um dos maiores incrementos do comércio internacional brasileiro na modernidade é o pré-sal. Assinale a alternativa correspondente ao que vem a ser o pré-sal.

- (A) Denominação dada às descobertas petrolíferas nas águas territoriais brasileiras, também chamadas de subsal.
- (B) Reservas de hidrocarbonetos encontradas no subsolo marítimo, também chamadas de subsal.
- (C) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos encontradas abaixo de uma profunda camada de rocha calcária no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (D) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas calcárias encontradas abaixo de uma profunda camada de sal no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (E) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas encontradas abaixo de uma profunda camada de sal nas águas interiores brasileiras, também chamada de subsal.

22

Considerando as recém-descobertas de petróleo na camada pré-sal, que representam um marco singular na indústria petrolífera brasileira, marque a alternativa correta.

- (A) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras Distribuidora de Combustíveis e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário.
- (B) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Transpetro e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (C) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petro-Sal, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Ministério da Defesa.
- (D) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (E) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

23

Os dois confrontos mais sangrentos no Egito nos últimos quinze meses foram

- (A) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (B) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (C) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (D) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (E) a queda do ditador Bashar al Assad e o confronto entre civis e militares no Cairo após sua morte.

24

Em 2012, celebra-se o bicentenário de um novelista que retratou as transformações sociais da era industrial em uma nação europeia. Trata-se de

- (A) David Copperfield.
- (B) Victor Hugo.
- (C) Émile Zola.
- (D) Edmond Rostand.
- (E) Charles Dickens.

25

Em relação à dívida pública brasileira em 2011, analise as afirmativas a seguir:

- I. A dívida pública brasileira encerrou 2011 com a menor parcela da história de títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic.
- II. Em 2011, a dívida pública cresceu 10,17%, chegando a R\$ 1,866 trilhão.
- III. Para reduzir a participação dos papéis atrelados à Selic, o governo vem segurando emissões desse tipo de título e adotando medidas para estimular que fundos públicos comprem títulos atrelados à taxa.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Direito Constitucional e Administrativo**26**

A respeito do controle das empresas estatais pelo Tribunal de Contas, avalie as afirmativas a seguir:

- I. As estatais não se submetem ao controle do Tribunal de Contas, tendo em vista possuírem personalidade jurídica de direito privado e, portanto, não administram bens e dinheiro públicos.
- II. Somente as estatais prestadoras de serviço público, ante a natureza pública de seus bens, se submetem ao controle do Tribunal de Contas.
- III. Tanto as estatais prestadoras de serviço público quanto as que exercem atividade econômica estrito senso se submetem ao controle pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que, embora seu patrimônio seja privado, quando de sua criação, haveria contribuição de dinheiro público.
- IV. No que concerne à intensidade do controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas, afigura-se irrelevante a separação entre atividade-fim e atividade-meio da estatal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (B) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I for verdadeira.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

27

Sobre o tratamento constitucional dado ao exercício da liberdade, à dignidade humana, à igualdade e à justiça, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Ninguém será levado à prisão ou mantido nela, se a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) A Constituição da República de 1988 veda a pena de morte, salvo na hipótese em que haja declaração de guerra pelo Presidente da República, autorizada ou referendada pelo Congresso Nacional.
- (C) A prática de racismo é crime imprescritível e insuscetível à fiança.
- (D) A privação de bens e da liberdade deverá observar o devido processo legal.
- (E) É assegurado a todos o acesso à informação, podendo o Judiciário determinar a revelação da fonte da informação divulgada por jornalista em imprensa escrita ou falada, quando necessária a apuração de prática de crime.

28

Em relação às ações constitucionais para defesa de direitos fundamentais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O mandado de segurança pode ser impetrado para proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas-data*, se o responsável pela ilegalidade ou abuso do poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (B) A impetração de *habeas corpus* pode ser feita em defesa de pessoa que sofra ou esteja sofrendo ameaça de sofrer violação ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O mandado de injunção poderá ser impetrado se configurada a prática de ato administrativo que viole o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) O *habeas-data* pode ser ajuizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, que estejam incluídas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) É assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

29

A Administração pode, para bem proceder à prestação de suas atividades, realizar o que se chama descentralização. Ciente desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização, também chamada de desconcentração, se dará quando, no âmbito interno, a Administração crie novos cargos e órgãos, transferindo a estes atribuições próprias.
- (B) A descentralização não se confunde com a desconcentração, sendo certo que ocorrerá sempre que se resolva criar nova Unidade Federativa, seja um Estado ou um Município.
- (C) A descentralização não se confunde com desconcentração, e ocorrerá quando uma Unidade Federativa delegar, mediante lei, a outra Unidade Federativa, competência que lhe foi atribuída pela constituição.
- (D) A descentralização se dará quando, por lei, ou decreto autônomo, o Executivo criar ministérios (âmbito da União), ou secretarias (âmbito dos Estados e Municípios).
- (E) A descentralização se dará quando, por lei, se criem autarquias, ou autorize a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações; ou por meio de licitação, se deleguem serviços públicos ao setor privado.

30

A aplicação das normas constitucionais pressupõe interpretação que “está submetida ao princípio da ótima concretização da norma (...). Evidentemente, esse princípio não pode ser aplicado com base nos meios fornecidos pela subsunção lógica e pela construção conceitual. Se o direito e, sobretudo, a Constituição, têm a sua eficácia condicionada pelos fatos concretos da vida, não se afigura possível que a interpretação faça deles tábula rasa. Ela há de contemplar essas condicionantes, correlacionando-as com as proposições normativas da Constituição. A interpretação adequada é aquela que consegue concretizar, de forma excelente, o sentido (...) da proposição normativa dentro das condições reais dominantes numa determinada situação” (Konrad Hesse. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991, p. 22).

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o exercício de democracia, mediante a obediência ao princípio majoritário, acarreta a prevalência dos diplomas legais aprovados pelo Poder Legislativo, em concorrência com o Poder Executivo, se observado eventual conflito com os dispositivos constitucionais.
- (B) o resultado de consultas populares, em plebiscitos e referendos, revoga dispositivo constitucional que lhe seja contrário, por cuidar-se sempre de manifestação do poder constituinte originário.
- (C) a interpretação de dispositivos constitucionais pode mudar, ao longo do tempo, em obediência às alterações das relações sociais e das condições fáticas experimentadas pelo povo.
- (D) o intérprete da Constituição da República de 1988, promulgada com o propósito de realizar as premissas do Estado Democrático de Direito, deve privilegiar a intenção exprimida pelos membros da assembleia constituinte se é controversa a interpretação de um de seus dispositivos, ressalvados os direitos econômico-sociais, cuja aplicação é suscetível à aferição das condições atuais para realização.
- (E) as normas constitucionais, incluindo as relacionadas às regras referentes à organização do Estado e ao processo legislativo, são obtidas a partir de um juízo de ponderação, oposto ao raciocínio próprio à subsunção lógica.

31

Extraí-se da jurisprudência dominante do STJ que a improbidade administrativa, por ato administrativo tido como violador de princípio, aperfeiçoa-se somente

- (A) com a transgressão do princípio.
- (B) mediante prova de prejuízo ao erário.
- (C) se comprovada má-fé do servidor.
- (D) nos atos vinculados, independentemente da subjetividade da conduta.
- (E) em face de comprovada conduta culpável.

32

Em relação à separação de poderes na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. A divisão do poder é elemento do Estado de Direito, assim concebido para que o exercício dele não seja arbitrário. Portanto, é necessário que as competências do Executivo, Legislativo e Judiciário estejam estritamente definidas, alheias a mecanismos recíprocos de controle, para que a atuação dos seus agentes não extrapolem os limites previstos constitucionalmente.
- II. A sanção do Presidente da República é exigida na promulgação de leis ordinárias, complementares, autorização de referendos e convocação de plebiscitos.
- III. Qualquer comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de a ausência, sem justificativa adequada, configurar crime de responsabilidade.
- IV. As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer dos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. A inércia do requerido no prazo de trinta dias, a recusa ao pedido ou a prestação de informações falsas caracterizarão crime de responsabilidade.

Assinale:

- (A) se as afirmativas I e IV forem corretas.
- (B) se as afirmativas II e III forem corretas.
- (C) se as afirmativas II e IV forem corretas.
- (D) se as afirmativas I e II forem corretas.
- (E) se as afirmativas III e IV forem corretas.

33

São considerados princípios que regem a República Federativa Brasileira:

- (A) independência nacional e prevalência dos direitos humanos.
- (B) liberdade de expressão e prevalência da representação moral à censura.
- (C) inviolabilidade da intimidade e estímulo à liberdade religiosa.
- (D) liberdade de locomoção e garantia da propriedade.
- (E) liberdade associativa e vinculação sindical.

34

Os atos administrativos, após atingirem os seus fins, tendem à extinção. Assim, quando perfeitos, e tem esgotados os seus efeitos, a doutrina menciona a presença da sua extinção natural. Ciente disso, assinale o que **NÃO** representa caso de extinção do ato.

- (A) cassação
- (B) caducidade
- (C) nulidade
- (D) conversão
- (E) revogação

35

A Administração Pública, ao aplicar as normas que lhe são direcionadas, deverá buscar a interpretação que melhor atenda ao fim público.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a nova interpretação deve se aplicar retroativamente, atingindo os fatos pretéritos já consolidados com a interpretação anterior.
- (B) a nova interpretação não se aplica aos fatos pretéritos, respeitando a irretroatividade, salvo se representar economia financeira.
- (C) se coloca ilegal e afrontoso à isonomia; a mudança de interpretação anterior guardava coesão com a literalidade e a *ratio* da norma.
- (D) a nova interpretação é possível, respeitando o melhor atendimento ao fim público e a vedação da sua aplicação retroativa.
- (E) a nova interpretação é possível, desde que feita dentro da competência discricionária da Administração, e de forma retroativa para respeitar a isonomia.

Administração Pública

36

Tendo em vista o desenvolvimento da administração pública, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o conceito de burocracia para Max Weber é a organização eficiente por excelência e, para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente e nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas.
- (B) são características da burocracia: normas e regulamentos, formalidade das comunicações, racionalidade e divisão do trabalho, impessoalidade nas relações, hierarquização da autoridade, rotina e procedimentos standardizados, competência técnica e meritocracia, separação da propriedade e previsibilidade do funcionamento.
- (C) em nosso dia a dia, passamos a chamar de burocracia os defeitos do sistema, ou seja, suas disfunções, que foram o exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismo, resistência a mudanças, despersonalização do relacionamento e superconformidade às rotinas e procedimentos.
- (D) a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da normatização e pelo desenvolvimento de uma cultura burocrática nas organizações.
- (E) a eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se uma questão essencial sob o modelo gerencial.

37

No tocante à evolução da administração pública, marque a alternativa correta:

- (A) No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados, sob certa acepção, prebendas ou sinecuras.
- (B) A Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de manter a corrupção e o nepotismo patrimonialista.
- (C) Constituem princípios orientadores do desenvolvimento da burocracia a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o informalismo; em síntese, o poder racional-legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a posteriori*.
- (D) Na burocracia, parte-se de uma confiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso, nem sempre são necessários controles rígidos dos processos, como por exemplo, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas.
- (E) No modelo gerencial de Administração Pública o controle do Estado é, essencialmente, *a priori*.

38

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) menciona diversos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a seguir relacionados. No que diz respeito a esse aspecto (transparência), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) São instrumentos de transparência da gestão fiscal,: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (B) Aos instrumentos de gestão fiscal deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.
- (C) A transparência será assegurada também mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (D) Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48 da LRF, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- (E) De acordo com o art. 49 da LRF, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis por pelo menos dois exercícios financeiros no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

39

O controle exerce, na administração sistêmica, papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É por meio dele que são detectados eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo seja reorientado na direção dos objetivos traçados pela organização. Na Administração Pública, a importância do controle foi destacada, principalmente, com o advento da Reforma Administrativa de 1967. Assim, o art. 6º do Decreto-Lei 200/1967 o coloca, ao lado do planejamento, da delegação de competência, da descentralização e da coordenação entre os cinco princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Federal. No que concerne aos controles interno e externo, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a Lei 4.320/1964 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante Controles Externo e Interno, respectivamente.
- (B) de acordo com Lei 4.320/1964, o controle compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) consoante a Carta Magna, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante Controle Externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- (D) de acordo com a Carta Magna, os responsáveis pelo Controle Interno, após concluírem o processo destinado a apurar qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional.

40

Considerando a evolução da administração Pública no Brasil e no mundo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) De certa forma, é possível considerar que o chamado “modelo gerencial” começa a ser implantado em 1995, durante o governo FHC, com a edição do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”.
- (B) A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto, um rompimento com a administração pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental.
- (C) Na administração pública gerencial, a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais.
- (D) A administração pública gerencial deve ser impermeável à participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil.
- (E) Comparativamente com a administração burocrática, o modelo gerencial tem como um de seus princípios o deslocamento da ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

Raciocínio lógico**41**

Um analista político de um programa de televisão fez a seguinte previsão: “Se o governador não agir e o Governo Federal intervier então o caso será julgado pelo Supremo Tribunal Federal ou o governador renunciará.”

Entre os cenários apresentados a seguir, aquele em que a previsão do analista político apresenta de forma **INCORRETA** é

- (A) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (B) o governador agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (C) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.
- (D) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (E) o governador não agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.

42

Entre os argumentos a seguir, aquele que é dedutivamente legítimo é:

- (A) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (B) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (C) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (D) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (E) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.

43

Considere a seguinte sentença: “Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então existe pelo menos um eleitor do seu estado que votou nele.”

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (B) Nenhum cidadão brasileiro elegível é um Senador em exercício e todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (C) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele não é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (D) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível, tal que se ele é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (E) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível tal que ele é um Senador em exercício e nenhum eleitor do seu estado votou nele.

44

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, aos partidos PA, PB e PC. Um desses partidos é ideologicamente de esquerda, outro de direita e o terceiro de centro, mas não necessariamente na ordem em que eles foram citados. Sabe-se ainda que:

- I. se o partido PA é de esquerda, então o partido PB não é de centro;
- II. se o partido PB não é de esquerda, então o partido PA não é de centro;
- III. se o partido PA é de direita, então o partido PC é de centro;
- IV. o partido PC não é de centro.

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, a partidos de:

- (A) centro, esquerda, direita.
- (B) esquerda, centro, direita.
- (C) esquerda, direita, centro.
- (D) direita, centro, esquerda.
- (E) centro, direita, esquerda.

45

Se há X e não há Y, então há Z. Não há Z.

Logo:

- (A) X é necessário para Z.
- (B) Y é necessário para X.
- (C) Y é suficiente para X.
- (D) X é suficiente para Z.
- (E) Z é suficiente para Y.

46

Após as deliberações para a formação de uma comissão no Senado, quatro senadores em exercício fizeram as seguintes declarações:

João: Maria não fará parte da comissão, mas José sim.

José: Eu farei parte da comissão, mas entre João e Maria exatamente um deles fará parte da comissão.

Maria: Se João não fizer parte da comissão, então José e Rosa também não farão parte da comissão.

Rosa: Exatamente um de nós quatro não fará parte da comissão.

É possível deduzir que

- (A) se exatamente um dos quatro não fará parte da comissão, então todos disseram a verdade.
- (B) se todos mentiram, então exatamente um deles fará parte da comissão.
- (C) não é possível que todos tenham dito a verdade.
- (D) se exatamente um deles mentiu, então exatamente dois deles não farão parte da comissão.
- (E) se nenhum deles fizer parte da comissão, então todos mentiram.

Língua Inglesa

Another view on representations and warranties

This article will address issues relating to representations and warranties as they arise in the common law, not in the context of the Uniform Commercial Code.

5 We will begin with representations. They are statements of present or past fact. Future "facts" cannot generally form the basis of representations because no one can know the future.

10 If a representation is intentionally false, a plaintiff can make a common law claim of deceit (a tort) and allege fraudulent misrepresentation.

15 Generally, a plaintiff injured by a fraudulent misrepresentation has a choice of remedies. She may rescind the contract and obtain restitutionary recovery, or she may affirm the contract and sue for damages. The ability to rescind — to unwind a closed transaction — is a remedy not available to a plaintiff suing for a breach of warranty, and therefore is a benefit of including representations in a contract. A second benefit is that the plaintiff may be able to obtain punitive damages under special circumstances.

20 Now, let's turn to warranties. A common law warranty is a promise that a fact is true. According to the New York court, a warranty is a promise of indemnity if a statement of fact is false. A promisee does not have to believe that the statement is true. Indeed, the warranty's purpose is to relieve a promisee from the

25

30

obligation of determining a fact's truthfulness.

The meaning of warranty is critical to plaintiffs whose defendants made both representations and warranties since a plaintiff's fraudulent misrepresentation claim will fail if she knew the statement was false. But, the plaintiff may sue for breach of warranty on the same statement and recover despite knowledge of the falsity of the statement, subject to some limitations. This is a substantial business and legal reason for a party to receive both representations and warranties.

An example may help to clarify this issue: Occasionally, a buyer will ask a seller to represent as a fact something that the seller knows is not true or does not know whether it is true. Technically, doing so is fraud. A buyer nonetheless defends its request by telling the seller, "It's just risk allocation." In other words, even if the statement is not true, it represents the business deal.

A seller often accedes to this request on the theory that it is not fraud because it has "worked it out" with the buyer. This is cold comfort when the buyer sues for fraud, "forgetting" that it was "just risk allocation" and "forgetting" that the seller explained the situation's actual status. As an alternative, the seller can merely "warrant" the statement. In that case, the seller makes no representation that can be the basis of a fraudulent misrepresentation, and the warranty is the promise of indemnity, precisely the risk allocation the buyer sought.

Representations and warranties are important — but different — tools for the contract drafter. But receiving both of them from the other side usually — but not always — provides a client with the best protection.

(Tina L. Stark. Adaptado de:

<http://apps.americanbar.org/buslaw/blt/2006-01-02/nonbindingopinion.html>

47

A lawyer drafting a business contract usually includes a "representations and warranties" clause because

- (A) it will protect the client against risks and will secure those advantages that are reasonable and appropriate.
- (B) the lawyer could be sued for malpractice if he did not include it.
- (C) the Contract will look more professional allowing the lawyer to charge a higher fee.
- (D) a contract without a "representations and warranties" clause will not be legally enforceable.
- (E) the "representations and warranties" clause is a standard contract clause and has always the same wording.

48

As used in the text, the term *common law* refers to

- (A) laws that apply in normal circumstances to ordinary people.
- (B) a legal system found in Anglo-Saxon countries, and based on case law.
- (C) a legal system found in Anglo-Saxon countries, based on legislative statutes and executive branch decisions.
- (D) the settlement of petty claims in a magistrate's court.
- (E) a legal system found predominantly in Islamic countries.

49

According to the text, warranties are included in an agreement so that

- (A) the other party is given assurance of maintenance/replacement of goods/service.
- (B) the other party is given assurance of clear title and right to sell real state.
- (C) the other party has no need to investigate and verify the truth of the facts stated in the warranty.
- (D) suppliers may advertise that they supply goods/service to a royal family.
- (E) law enforcement officers are allowed to seize property.

50

Consider the statements below:

- I. Representations and warranties are not inextricably linked. Some parties, as a matter of principle, refuse to take fraud risk (read punitive damages), and will not make representations, only warranties.
- II. Representations, if shown to be false, and if the injured party knew them to be false, can give cause for the rescission of the agreement and the party making the representation can be sued for fraud.
- III. A plaintiff may be able to win a breach of warranty claim when it would have lost a claim for fraudulent misrepresentation because it could not prove that the defendant knew the representation to be false.

According to the text

- (A) statements I and II are true, III is false.
- (B) statements II and III are true, I is false.
- (C) statements I and III are true, II is false.
- (D) all three statements are true.
- (E) all three statements are false.

Conhecimentos Específicos

51

É inegável a influência do Direito Portuário no devido equacionamento das atividades que contribuem para o desenvolvimento dos países em especial o Brasil. Marque a alternativa correta.

- (A) O Direito Portuário diz respeito às importações e a sua dinâmica é tão essencial ao desenvolvimento do Estado em que haja terminais, portanto, do Brasil.
- (B) O Direito Portuário diz respeito às regulações jurídicas que se dão em torno do navio, mas num contexto mais amplo, vez que o navio opera num ambiente interno como, por exemplo, às emanadas pela Agência Nacional de Transporte Aquaviário.
- (C) O Direito Portuário diz respeito aos portos, operações portuárias, operadores portuários, instalações portuárias, gestão de mão-de-obra de trabalhador portuário avulso, do trabalho portuário e da administração do porto organizado e a sua dinâmica é tão essencial ao desenvolvimento social e econômico dos países e, portanto, do Brasil.
- (D) O Direito Portuário diz respeito às exportações marítimas, a economia do transporte marítimo e as relações trabalhistas de toda classe portuária, quer pessoal de terra como os operadores portuários e aquaviários.
- (E) O Direito Portuário diz respeito às relações jurídicas aduaneiras e alfandegárias dos portos públicos e privados e a sua dinâmica é tão essencial ao desenvolvimento social e econômico dos países e, portanto, do Brasil.

52

A Política de Defesa Nacional (PDN) estabelece os principais espaços estratégicos para a defesa do território nacional, desta feita assinale a alternativa correta.

- (A) A Amazônia e o Atlântico Sul como os principais espaços estratégicos para a defesa do território nacional.
- (B) A ameaça de penetração nas fronteiras terrestres ou abordagem nas águas jurisdicionais brasileiras como os principais espaços estratégicos para a defesa do território nacional.
- (C) A ameaça de forças militares muito superiores na região amazônica como os principais espaços estratégicos para a defesa do território nacional.
- (D) A ameaça de forças militares muito superiores na região amazônica como os principais espaços estratégicos para a defesa do território nacional.
- (E) A ameaça de conflito armado no Atlântico Sul como um dos principais espaços estratégicos para a defesa do território nacional.

53

A relação entre o Direito do Mar e as descobertas das reservas de petróleo na zona do pré-sal certamente se intensificará, principalmente no que diz respeito às normativas relativas à “Amazônia Azul”, aos reflexos da extensão da plataforma continental e às reservas do pré-sal, desta feita assinale a única alternativa correta.

- (A) A área compreendida pela extensão do mar territorial brasileiro de 200 milhas, somada à Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de 188 milhas e à extensão da plataforma continental, em decorrência de sua evidente riqueza e vastidão, é chamada de “Amazônia Azul.”
- (B) O território marítimo brasileiro abrange as zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional, nomeadamente, as águas interiores, o Mar Territorial (MT), a Zona Contígua (ZC), a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e a Plataforma Continental (PC).
- (C) A Zona Econômica Exclusiva como a faixa adjacente ao mar territorial que se estende das 24 milhas até as 200 milhas marítimas.
- (D) A largura da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) não poderá estender-se além das 300 milhas marítimas, salvo no caso em que a plataforma continental se estenda além das 300 milhas, o que dá o direito ao Estado costeiro de estender a sua ZEE a até 400 milhas.
- (E) O território marítimo brasileiro abrange apenas o Mar Territorial (MT) para efeito de soberania.

54

A Constituição Federal (1988) estabelece instrumentos voltados à organização e à defesa do Estado e das instituições democráticas, tanto no caso de ameaças internas quanto no de ameaças externas, capazes de afetar a ordem pública e a normalidade constitucional. Com base nas disposições constitucionais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) A Intervenção da União nos Estados ou no Distrito Federal (DF) poderá ser decretada para manter a integridade nacional, repelir invasão estrangeira ou de unidade da Federação em outra ou, ainda, pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- (B) A decretação do Estado de Defesa é justificável para preservar ou restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- (C) A decretação do Estado de Sítio é justificável em caso de comoção grave de repercussão nacional ou pela ineficácia de medida tomada durante o Estado de Defesa; ou em caso de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.
- (D) O Estado de Defesa e o Estado de Sítio restringem garantias constitucionais e, portanto, para decretá-los, o Presidente da República deve ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, bem como obter aprovação prévia do Congresso Nacional, por maioria absoluta.
- (E) O Decreto de Intervenção em Estado ou DF especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e, se couber, nomeará o interventor. Será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de 24 horas.

55

O crescimento desordenado dos espaços urbanos, a ocupação irregular do solo em áreas instáveis, a degradação do meio ambiente, a ocorrência de fenômenos climáticos extremos, a possibilidade de surgimento de pandemias, os riscos associados a novas tecnologias, entre outros fatores, requerem a atenção do Estado e da Sociedade no planejamento de medidas para reduzir a ocorrência ou limitar os efeitos de desastres. Nesse contexto, crescem de importância a Defesa Civil, as políticas públicas associadas e os instrumentos de atuação. Sobre essa temática, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) A Defesa Civil busca assegurar, em circunstâncias de desastre, o direito natural à vida e à incolumidade, reconhecido pela Constituição Federal.
- (B) O Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) tem como objetivo planejar, articular e coordenar as ações de defesa civil em todo o território nacional.
- (C) O Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC, de natureza consultiva e deliberativa, é responsável pela formulação e deliberação de políticas e diretrizes governamentais do Sistema Nacional de Defesa Civil.
- (D) A Secretaria Nacional de Defesa Civil é o órgão coordenador do Sistema Nacional de Defesa Civil, sendo subordinado ao Gabinete de Segurança Institucional e responsável pela articulação e supervisão do SINDEC.
- (E) A criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) ampliou a capacidade de gerenciamento integrado de informações, ações preventivas, mobilização de recursos e de respostas a desastres.

56

O emprego das Forças Armadas (FA) na garantia da lei e da ordem (GLO) se processa dentro de quadro normativo específico, merecendo destaque a Lei Complementar 97/1999. Sobre esse tipo de emprego, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) A atuação das FA na GLO se dará depois de esgotados os instrumentos constitucionais destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- (B) Consideram-se esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública quando eles forem formalmente reconhecidos pelo Conselho da República como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes.
- (C) A atuação das FA na GLO, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, deverá ser em conformidade com diretrizes baixadas em ato do Presidente da República.
- (D) O emprego das FA na GLO se dará de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, com as ações de caráter preventivo e repressivo necessárias.
- (E) Determinado o emprego das FA na GLO, caberá à autoridade competente, mediante ato formal, transferir o controle operacional dos órgãos de segurança pública necessários ao desenvolvimento das ações para a autoridade encarregada das operações.

57

A defesa nacional e a segurança pública requerem permanente atenção do Estado brasileiro. A Constituição Federal (1988) separa as diversas responsabilidades e atribuições inerentes à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e à segurança pública. Nesse sentido, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) As Forças Armadas (FA) são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.
- (B) A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por intermédio dos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpos de bombeiros militares; guarda nacional e guardas municipais.
- (C) A Polícia Federal, órgão permanente organizado e mantido pela União tem, entre outras atribuições, as de apurar infrações penais contra a ordem política e social; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho; e exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- (D) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- (E) As polícias militares, corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

58

A Estratégia Nacional de Defesa (END) (Decreto 6703/2008) afirma que “projeto forte de defesa favorece projeto forte de desenvolvimento”. Forte é o projeto de desenvolvimento que busque a independência nacional pela mobilização de recursos para o investimento no potencial produtivo do país; pela democratização de oportunidades educativas e econômicas; e pela busca da capacitação tecnológica autônoma. Assinale os três setores considerados estratégicos em termos de capacitação tecnológica, cujo fortalecimento é uma das diretrizes da END:

- (A) Nanotecnologia, robótica e nuclear.
- (B) Tecnologia da informação (TI), veículos não tripulados (VANT) e nanotecnologia.
- (C) Cibernético, nuclear e espacial.
- (D) Automação e robótica, satélites e alimentos.
- (E) Fármacos, alimentos e cibernético.

59

A guerra, como fenômeno social, torna a ideia de regulação plausível, sendo amplo o debate sobre as condições que a justificam. O Direito Internacional relacionado ao uso da força se divide tradicionalmente em duas amplas vertentes, o "jus ad bellum" e o "jus in bello", que se expressam em variados marcos normativos. A Convenção de Genebra (1949) advoga, por exemplo, que "pessoas que não participem diretamente das hostilidades serão tratadas com humanidade sem distinção baseada em raça, cor, religião ou crença, sexo [...]" e que "feridos e enfermos serão recolhidos e tratados" (Art. 3). A Carta de São Francisco (1945) estabelece que "os membros da Organização deverão resolver as suas controvérsias internacionais por meios pacíficos [...]" e que "deverão abster-se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força [...]" (Cap. 1, Art. 2). A mesma Carta afirma que nada "prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas [...]" (Cap. VII, Art. 51).

Sobre o Direito Internacional relacionado ao uso da força, é correto afirmar:

- (A) Os artigos citados da Carta de São Francisco são expressões do "jus ad bellum", pois se voltam à regulação do direito de se recorrer ao uso da força.
- (B) Nos artigos citados, não há como diferenciar "jus ad bellum" e "jus in bello", pois as normas se voltam à regulação da guerra que, como fenômeno, não admite partições.
- (C) Por sua natureza, a Convenção de Genebra compõe a vertente normativa do "jus ad bellum", buscando prevenir abusos, crimes de guerra e sofrimento desnecessário.
- (D) O direito do Estado à autodefesa, previsto na Carta de São Francisco, pode justificar o uso da força na vertente do "jus in bello".
- (E) Se o conflito armado irromper, o "jus ad bellum" se torna aplicável, independentemente da legitimidade do recurso ao uso da força.

60

Em caso de crises político-estratégicas ou de situações que tenham implicações para a soberania nacional ou para a defesa do estado democrático no Brasil, o Presidente da República disporá de um órgão de consulta e assessoramento que tem por atribuições constitucionais, entre outras, opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz. Assinale a alternativa que identifica o órgão em tela:

- (A) Conselho Militar de Defesa.
- (B) Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.
- (C) Conselho da República.
- (D) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Congresso Nacional.
- (E) Conselho de Defesa Nacional.

61

Os conceitos de "segurança" e de "defesa" admitem significados diversos, dependendo da perspectiva de abordagem. Naturalmente, para o planejamento adequado de políticas públicas do setor de Defesa, convém um entendimento comum. A leitura da Política de Defesa Nacional (PDN) (Decreto 5484/2005), documento orientador para o planejamento da defesa nacional, permite depreender a conceituação adotada. Nesse sentido, assinale a afirmativa que não se coaduna com os conceitos de "segurança" e de "defesa nacional" adotados pela PDN:

- (A) Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, livre de pressões e ameaças.
- (B) Defesa nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.
- (C) Segurança é a condição que permite ao País garantir aos cidadãos o livre exercício dos direitos e deveres constitucionais.
- (D) "Defesa nacional" tem ênfase nas expressões política, econômica e militar do poder nacional e se foca na prevenção de conflitos externos e internos, potenciais ou manifestas.
- (E) Segurança é a condição que permite ao País a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza.

62

O pensamento estratégico brasileiro em termos de defesa revela seus contornos nos marcos constitucionais específicos, na legislação e nas políticas públicas do setor de Defesa, entre outras manifestações. Nessa base normativa estão definições políticas, doutrinas, posturas, objetivos, orientações e diretrizes do mais alto nível político do País. Sobre essa base, avalie as afirmativas a seguir:

- I. O desenvolvimento da indústria de defesa, incluindo o domínio de tecnologias de uso dual, é fundamental para alcançar o abastecimento seguro e previsível de materiais e serviços de defesa.
- II. Em virtude da importância estratégica e das riquezas que abrigam, a Amazônia brasileira, a Fronteira Norte e o Pantanal são as áreas prioritárias para a Defesa Nacional.
- III. Por sua imagem de nação pacífica e tradição de não intervenção externa, o Brasil deverá reduzir sua participação em missões de paz sob a égide de organismos internacionais.

Assinale se

- (A) as afirmativas I, II e III forem verdadeiras.
- (B) as afirmativas I e II forem verdadeiras, e a afirmativa III for falsa.
- (C) a afirmativa I for verdadeira e as afirmativas II e III forem falsas.
- (D) as afirmativas I e III estão corretas, e a afirmativa II for falsa.
- (E) as afirmativas I, II e III forem falsas.

63

“Estratégia nacional de defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento. [...] Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação. Defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento.” Para alcançar seus propósitos, a Estratégia de Defesa Nacional (END) (Decreto 6703/2008) foi organizada em torno de três eixos estruturantes. Assinale-os.

- (A) Reorganização das Forças Armadas; reorganização da indústria nacional de material de defesa; e composição dos efetivos das Forças Armadas.
- (B) Conclusão dos programas estratégicos de defesa; reestruturação da indústria nacional de material de defesa; e composição dos efetivos das Forças Armadas.
- (C) Reorganização das Forças Armadas; elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional; e fortalecimento do controle civil a partir do Ministério da Defesa.
- (D) Reorganização do Ministério da Defesa; domínio das tecnologias e bens sensíveis para defesa; e composição dos efetivos das Forças Armadas.
- (E) Reequipamento do material militar; reestruturação da indústria nacional de material de defesa; e monitoramento contínuo de fronteiras terrestres e marítimas.

64

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) entrou em vigor em 1994 e já conta com mais de 160 ratificações por parte de Estados. Entre os conceitos estabelecidos para o ordenamento do espaço marítimo estão “mar territorial”, “zona econômica exclusiva” (ZEE) e “plataforma continental”, entre outros. Com base nessa Convenção, o Brasil tem direito a um imenso patrimônio marítimo que, por sua extensão, riqueza, biodiversidade e importância estratégica para o país, tem sido chamada de “Amazônia Azul”, em analogia à grande e rica região amazônica do território brasileiro. À luz da CNUDM, avalie as afirmativas a seguir:

- I. Mar territorial se estende até 12 milhas náuticas contadas a partir da linha de base (litoral) e nele o estado costeiro goza de ampla soberania, que se estende ao espaço aéreo sobrejacente, bem como ao leito e ao subsolo desse mar.
- II. A ZEE se estende a 200 milhas náuticas contadas a partir da linha de base e nela o estado costeiro tem direito de exploração comercial dos recursos, desde que autorizado pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, órgão da ONU.
- III. Os campos marítimos brasileiros de petróleo e gás atualmente em produção encontram-se além dos limites da ZEE, nas extensões da plataforma continental às quais o Brasil tem direito.

Assinale se

- (A) as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- (B) a afirmativa I é verdadeira, e as afirmativas II e III são falsas.
- (C) as afirmativas I e II são verdadeiras, e a afirmativa III é falsa.
- (D) as afirmativas I e III são verdadeiras, e a afirmativa II é falsa.
- (E) as afirmativas I, II e III são falsas.

65

O Brasil possui cerca de 16,8 mil km de fronteira seca com dez países vizinhos. Ademais, tem um litoral com aproximadamente 7,4 mil km, que se projeta pelo mar territorial, zona econômica exclusiva e, em alguns casos, até os limites da plataforma continental. Dada a vastidão do espaço a defender, a pronta resposta a uma eventual ameaça irá requerer a aptidão de chegar rapidamente ao local onde ela surja, como preconiza a Estratégia Nacional de Defesa (Decreto 6703/2008). Assinale a alternativa que indica essa aptidão.

- (A) Flexibilidade radical.
- (B) Mobilidade estratégica.
- (C) Capacidade de permanência.
- (D) Versatilidade operacional.
- (E) Presença tática.

66

“Não é independente quem não tem o domínio das tecnologias sensíveis, tanto para a defesa como para o desenvolvimento, o que requer a existência de uma base industrial de defesa sólida”. Consoante com a política de recuperar a indústria de defesa no Brasil, o Governo editou, em setembro de 2011, a Medida Provisória (MP) nº. 544, que estabelece normas especiais para as compras, contratações e desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa. Entre os conceitos estabelecidos estão o de “produto de defesa”, “produto estratégico de defesa” e “empresa estratégica de defesa”. Sobre os novos incentivos à indústria de defesa, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Um uniforme militar pode ser considerado um produto de defesa (PRODE), enquanto que materiais comuns de uso administrativo podem ser considerados PRODE se utilizados em organizações militares.
- (B) São fatores que caracterizam um produto estratégico de defesa o alto conteúdo tecnológico, a dificuldade de obtenção e a importância para defesa nacional.
- (C) Para ser considerada Empresa Estratégica de Defesa, uma empresa deve ser uma pessoa jurídica credenciada pelo Ministério da Defesa que, entre outros requisitos, tenha no País sua sede, a sua administração e o estabelecimento industrial ou equiparado a industrial.
- (D) Um submarino para a Marinha é um produto estratégico de defesa, assim como uma aeronave tipo caça, da FAB.
- (E) Empresas estratégicas de defesa poderão ser beneficiadas pelo Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa – RETID.

67

No Brasil, o serviço militar é obrigatório nos termos da lei. Segundo a Estratégia Nacional de Defesa (END) (Decreto 6.703/2008), ele deve ser reforçado, pois, além de ser importante garantia da defesa nacional, é um nivelador republicano, permitindo que, nas Forças Armadas, a Nação se encontre acima de suas classes sociais. Sobre essa questão, à luz da END, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Os recrutas serão selecionados por critérios que possibilitem a representação de todas as classes sociais e regiões do país.
- (B) Complementarmente ao serviço militar obrigatório, será instituído o serviço civil, de amplas proporções, aproveitando os jovens não incorporados ao serviço militar.
- (C) Os serviços militar e civil evoluirão em conjunto com as providências para assegurar a mobilização nacional, em caso de necessidade.
- (D) Em função dos elevados custos de pessoal envolvidos, o investimento em tecnologias de ponta será a alternativa para substituir a necessidade de mobilização nacional.
- (E) A ampla representação de todos os setores da sociedade e de todas as classes sociais nas academias militares é um imperativo de segurança nacional.

68

O sistema de defesa nacional necessita, para seu aprimoramento, da participação de diversos setores da sociedade. Pelo volume de recursos aplicados no setor e por depender de planejamentos de longo prazo, a Defesa Nacional requer também concertação política. Nesse sentido, foi estabelecido por Lei Complementar que, a partir de 2012, cabe ao Poder Executivo encaminhar quadrienalmente à apreciação do Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária, os principais documentos orientadores de alto nível do setor de Defesa, com as devidas atualizações. São documentos que passarão a ser enviados à apreciação do Congresso Nacional:

- (A) Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Planejamento Estratégico das Forças Armadas.
- (B) Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional.
- (C) Política para Emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem, Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa.
- (D) Orçamento quadrienal das Forças Armadas, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional.
- (E) Política de Emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem, Orçamento Quadrienal das Forças Armadas e Estratégia Nacional de Defesa.

69

A Mobilização Nacional é um instrumento constitucional que o País dispõe para, por meio do investimento em áreas econômicas e sociais, garantir o desenvolvimento e a soberania nacional. A Lei 11.631/2007 dispôs sobre a Mobilização Nacional e criou o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB). Com essa base normativa, analise.

- I. O preparo da Mobilização Nacional consiste na realização de ações estratégicas que viabilizem a sua execução, sendo desenvolvido desde a situação de normalidade, de modo contínuo, metódico e permanente.
- II. A decretação da execução da Mobilização Nacional, caracterizada pela celeridade e compulsoriedade, requer que o Congresso Nacional a autorize ou, no caso de intervalo das sessões legislativas, que a referende.
- III. O órgão central do SINAMOB é a Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a quem cabe formular a Política de Mobilização Nacional.

Assinale se

- (A) as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- (B) a afirmativa I é falsa, e as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (C) as afirmativas I e II são verdadeiras, e a afirmativa III é falsa.
- (D) as afirmativas I e III são verdadeiras, e a afirmativa II é falsa.
- (E) as afirmativas I, II e III são falsas.

70

No século XXI, a integração regional se mostra como um importante e desafiador fenômeno internacional e um grande desafio. O estreitamento de relações políticas e econômicas a partir de laços compartilhados por vizinhança geográfica, proximidade cultural e herança histórica possibilita, em tese, melhorar a atuação e a inserção regional no mundo globalizado. Os esforços de integração na América do Sul e de valorização das relações internacionais no eixo Sul-Sul lograram avanços nas últimas décadas, sob a forma de tratados, de comunidades políticas ou, simplesmente, de redução de tensões passadas. Nessa linha, entre as instituições internacionais listadas a seguir, assinale a que menos se alinha a uma visão regional integradora e de valorização das relações Sul-Sul:

- (A) União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).
- (B) Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).
- (C) Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).
- (D) Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).
- (E) Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

71

Com a realização prevista de grandes eventos internacionais no Brasil, como a Rio+20, em 2012, a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016), aumentou a preocupação com a segurança, em particular em função das “novas ameaças”. Entre os instrumentos do Estado para dar resposta, por exemplo, ao terrorismo, avulta a importância da atividade de Inteligência. Sobre a organização e a prática da Inteligência no Brasil, analise.

- I. Enquanto a atividade de inteligência objetiva basicamente obter, analisar e disseminar conhecimentos sobre situações que possam influenciar a segurança da sociedade e do Estado, a contra-inteligência é a atividade que busca neutralizar a inteligência da parte adversa.
- II. O órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência é o Gabinete de Segurança Institucional, órgão da Presidência da República que tem como atribuições planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência do País.
- III. As atividades de inteligência serão desenvolvidas, no que se refere aos limites de sua extensão e ao uso de técnicas e meios sigilosos, com irrestrita observância dos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado.

Assinale se

- (A) as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- (B) as afirmativas I é falsa, e as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (C) as afirmativas I e III são verdadeiras, e a afirmativa II é falsa.
- (D) as afirmativas I e II são verdadeiras, e a afirmativas III é falsa.
- (E) as afirmativas I, II e III são falsas.

72

O Direito Internacional (DI) pode ser entendido como o “conjunto de normas jurídicas que regulam as relações mútuas entre Estados e, subsidiariamente, as demais pessoas internacionais, como determinadas organizações, e dos indivíduos”. Ao longo do século XX, o Direito Internacional (DI) ampliou sobremaneira seu âmbito de atuação e, no século XXI, as perspectivas são ainda maiores, na medida em que as interações entre os diversos sujeitos do direito internacional tende a se multiplicar. Entre as fontes do DI no séc. XXI, assinale a considerada mais importante e, ao mesmo tempo, mais democrática:

- (A) O Costume
- (B) Os Princípios Gerais do Direito
- (C) Os Tratados
- (D) A Jurisprudência
- (E) A Doutrina

73

Sob o prisma dos Estudos Estratégicos, podem-se perceber ao longo das duas últimas décadas transformações importantes no Direito Internacional (DI) no que tange aos conflitos armados. Crescem as restrições ao uso da força, ante a valorização dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário, o que traz implicações para a condução dos combates. Nessa linha, um fato marcante foi a criação do primeiro tribunal internacional permanente, baseado em tratado, para julgar crimes de guerra, crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e de crimes de agressão. Assinale a alternativa que identifica o tribunal em questão:

- (A) Tribunal Internacional Permanente de Justiça
- (B) Corte Internacional de Direitos Humanos
- (C) Tribunal Internacional de Crimes de Guerra
- (D) Corte Internacional de Justiça
- (E) Tribunal Penal Internacional

74

A ascensão dos Direitos Humanos (DH) pode ser relacionada, em alguma medida, ao processo de globalização. Nos últimos 60 anos, floresceu a ideia de que as pessoas possuem direitos pelo simples fato de serem humanas e compartilharem a “humanidade”. Assim se desenvolveu uma complexa rede de leis e práticas internacionais que conformaram o regime internacional de DH. No âmbito Organização dos Estados Americanos (OEA), foi formado o Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos (SIPDH), com atividade crescente. No que tange aos Direitos Humanos no Brasil, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Pelo texto constitucional, o Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros princípios, pela prevalência dos direitos humanos.
- (B) O Brasil participa do SIPDH, formado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgãos especializados da OEA.
- (C) O Brasil não reconhece a competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, mas vem adensando sua representação junto ao organismo.
- (D) O Brasil aderiu à Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José.
- (E) O Brasil aderiu a importantes tratados que combatem o crime de tortura, como a Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.

75

Os conflitos armados acompanham a humanidade desde seus primórdios, causando sofrimento, morte e destruição. No último século e meio, principalmente, os Estados passaram a produzir e adotar normas internacionais voltadas a atenuar ou limitar os efeitos dos conflitos armados sobre não combatentes. Formou-se, assim, um conjunto normativo conhecido como Direito Internacional Humanitário (DIH), também referenciado como Direito da Guerra ou Direito dos Conflitos Armados. Com base nesse no DIH, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A crescente condenação por parte da opinião pública a atos de força contra populações civis, em situações de conflito, vem ampliando a importância e o alcance do DIH.
- (B) O DIH e os Direitos Humanos possuem características e normas próprias, mas são complementares.
- (C) A Convenção de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais são os pilares fundamentais do DIH, havendo outros instrumentos jurídicos internacionais que o complementam.
- (D) O Direito Internacional Humanitário Consuetudinário se baseia em normas calcadas em práticas geralmente aceitas como lei e preenche vazios jurídicos deixados por tratados.
- (E) Entre os princípios fundamentais do DIH está o da proporcionalidade no ataque, segundo o qual os ataques das partes devem distinguir civis de combatentes.

76

O ordenamento internacional tem sua mais importante base institucional na Organização das Nações Unidas (ONU), que tem como lei básica a Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco, 1945. Com 51 Estados naquela ocasião, a ONU ganhou ao longo do tempo alcance planetário e congrega hoje da ordem de 193 Estados membros. Para seu funcionamento, conta com órgãos especiais principais (“main bodies”). Assinale entre as alternativas, o que **NÃO** é um órgão especial da ONU:

- (A) Tribunal Penal Internacional
- (B) Conselho de Segurança
- (C) Secretariado
- (D) Assembleia Geral
- (E) Conselho de Tutela

77

A existência e o funcionamento das Forças Armadas (FA), sob os princípios da hierarquia e da disciplina, têm na Justiça Militar um poderoso alicerce. Ela se organiza sobre a base constitucional e legal pertinente, tendo no Superior Tribunal Militar (STM) sua referência maior. Sobre a Justiça Militar no Brasil, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A Lei Penal Militar (Código Penal Militar) define os crimes militares e se constitui num instrumento legal garantidor dos fins essenciais das Forças Armadas.
- (B) Os Tribunais e Juízes Militares são órgãos do Poder Executivo e à Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.
- (C) O STM é composto por Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal.
- (D) São órgãos da Justiça Militar definidos em lei o STM, a Auditoria de Correição, os Conselhos de Justiça, os Juízes-Auditores e os Juízes-Auditores Substitutos.
- (E) Entre os Ministros do STM, cinco são civis e dez militares, oficiais-generais da ativa do último posto, sendo três da Marinha, quatro do Exército e três da Aeronáutica.

78

A comunidade internacional não logrou evitar, até o presente, o surgimento de controvérsias que, não raro, evoluem para conflitos. Quando elas surgem, as partes envolvidas buscam ou são estimuladas a buscar caminhos para a solução pacífica dessas controvérsias. Ao longo da história, vários mecanismos foram desenvolvidos, como os listados nas alternativas abaixo. Assinale, entre eles, o que foi importante para a solução final do conflito entre Brasil e Argentina, durante a Guerra da Cisplatina (1825 a 1828), que resultou na Convenção Preliminar de Paz, por meio da qual foi reconhecida a independência do Uruguai.

- (A) Negociações diretas.
- (B) Congressos e conferências.
- (C) Bons ofícios.
- (D) Mediação.
- (E) Sistema consultivo.

79

As pretensões brasileiras de delimitação da plataforma continental aumentam a extensão total das áreas marítimas jurisdicionais do Brasil (Amazônia Azul) para aproximadamente 4,4 milhões de km². Contribuem para esse total as áreas das zonas econômicas exclusivas (ZEE) a que fazem jus à luz do Direito do Mar, certas ilhas oceânicas brasileiras. Assinale os dois arquipélagos mais distantes do território continental brasileiro e que contribuem com suas áreas de ZEE para a formação da Amazônia Azul.

- (A) Arquipélago de Fernando de Noronha e Atol das Rocas.
- (B) Arquipélago de São Pedro e São Paulo e Arquipélago de Trindade e Martin Vaz.
- (C) Arquipélago de Abrolhos e Arquipélago de Trindade e Martin Vaz.
- (D) Arquipélago de Marajó e Arquipélago de Trindade e Martin Vaz.
- (E) Arquipélago de São Pedro e São Paulo e Arquipélago de Fernando de Noronha.

80

Desde 1948, foram realizadas 66 operações de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas, havendo na atualidade da ordem de 15 operações em andamento. Em uma dessas, o Brasil participa pela primeira vez exercendo o comando de uma Força-Tarefa Marítima multinacional (“Maritime Task Force”), componente importante da missão. O envio de uma fragata brasileira foi autorizado pelo Congresso Nacional e o navio se apresentou na área de operações. Assinale entre as opções abaixo a que indica a operação em tela:

- (A) MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti
- (B) UNMIT - Missão Integrada das Nações Unidas no Timor-Leste
- (C) UNIFIL - Força Interina das Nações Unidas no Líbano
- (D) UNMIL - Missão das Nações Unidas na Libéria
- (E) UNFICYP - Força da Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre

Atenção! Você está recebendo um caderno de provas de **Defesa Nacional, Segurança Pública e Relações Internacionais do Tipo 1 (Branco – 03M1)** para **CONSULTOR LEGISLATIVO – Assessoramento Legislativo**. Portanto, verifique se sua folha de respostas (prova objetiva) também se refere ao Tipo 1 e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
 - ▶ uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - ▶ **se candidato ao cargo de Consultor Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
 - ▶ **se candidato ao cargo de Técnico Legislativo ou Policial Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E), **um tema para desenvolvimento da redação e uma questão discursiva**, ambos com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
 - ▷ **uma folha de textos definitivos** destinada à redação da prova discursiva, com espaço para a transcrição dos dois textos acima citados, com o máximo de **30 (trinta) linhas** cada.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala** para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber os documentos, você deve:
 - ▶ conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ▶ ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e redação da prova discursiva (quando for o caso);
 - ▶ marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu (este campo, contudo, não implica a anulação da prova no caso de sua não marcação);
 - ▶ assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova **não será permitido**:
 - ▶ qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - ▶ levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - ▶ portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. **Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.**
6. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de textos definitivos.
7. O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de textos definitivos por erro do candidato.
8. Na redação da prova discursiva, o candidato ao cargo de **Técnico Legislativo** ou **Policial Legislativo** deverá observar as seguintes regras:
 - ▶ A primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas.
 - ▶ Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida.
 - ▶ Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico (Exemplo: **ERRADO**) e escreva, logo após o trecho riscado, o respectivo texto substituto.
 - ▶ A folha de textos definitivos da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará **ANULAÇÃO** da prova discursiva.
9. O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação dos textos definitivos.
10. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e a redação da folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
11. Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
12. Somente no decorrer dos últimos **60 (sessenta) minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
13. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de textos definitivos e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será **ELIMINADO** do concurso.
14. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
15. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>, no dia subsequente ao da sua realização.
16. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos preliminares das provas deverá fazê-lo da **0h do dia 13 de março de 2012 às 23h59min do dia 14 de março de 2012**, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília-DF, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>.